

**2- Base de preparação**

**a. Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2017. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação** - Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para a milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos** - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem: **Nota 6** - Contas a receber de clientes (redução ao valor recuperável) **Nota 10** - Valor residual e a vida útil estimada do ativo imobilizado; **Nota 14** - Provisão para contingências; **Nota 16** - Instrumentos financeiros. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A Administração da Companhia não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

**d. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e seus impactos registrados somente ao final da operação; Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado; **e. Mensuração do valor justo** - Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos estabelecidos. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota explicativa 16.2 - instrumentos financeiros.

**3 - Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira (i) Transações em moeda estrangeira** - Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado, com exceção da diferença resultante na reconversão de passivo financeiro designado como proteção (*hedge*) do investimento líquido em uma operação no exterior, na medida em que o *hedge* seja efetivo. **(ii) Hedge (proteção) de investimento líquido em operação estrangeira** - A Companhia utiliza instrumentos de proteção (*Hedge - SWAP*) para diferenças de moedas estrangeiras oriundas entre a moeda da operação no exterior e a sua moeda funcional (Real), independentemente se o investimento líquido for mantido diretamente ou através de uma controladora intermediária.

**b. Instrumentos financeiros (i) Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento** - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, se tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. **(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração - Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado** - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado e a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis

para venda. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento** - Caso a Companhia tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são compostos por debêntures. **Empréstimos e recebíveis** - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos e empréstimos mútuos. **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na realização das obrigações de curto prazo. **(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração** - A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos e fornecedores.

**(iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge** - A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente se certos critérios são atingidos. O CPC 38 requer que os derivativos sejam reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis devem ser reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos devem ser mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo registradas geralmente no resultado no momento da liquidação da operação. **c. Critérios de mensuração da provisão para redução ao valor recuperável** A Administração da Companhia utiliza como premissa inicial análise de perda efetiva para constituição da provisão do contas a receber de clientes e adiantamento de fornecedor para redução ao valor recuperável, tendo como foco de maior risco os saldos vencidos há mais de 180 dias de atraso e, baseada também nesse saldo, a Administração realiza a análise individualizada dos títulos quanto à recuperação para aferir o real valor da provisão a ser constituída. **d. Capital social** - O capital social é composto por ações ordinárias, sendo classificadas como patrimônio líquido. **e. Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes** - Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **(iii) Depreciação** - A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edificações	4%
Instalações	5% a 10%
Máquinas e equipamentos	2% a 10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
<b>Computadores e periféricos</b>	<b>20%</b>

**(iv) Obras em andamento** - Obras em andamento representam os desembolsos realizados para investimentos na planta da Companhia. O custo inclui todos os gastos relacionados diretamente a projetos específicos que irão influir positivamente no seu desempenho operacional. **f. Estoques** - Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. No caso dos estoques de produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas de vendas.

**g. Provisões** - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **h. Redução ao valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros não derivativos (incluindo mútuos)** - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir

uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável. **Ativos não financeiros** - Os valores contábeis dos ativos não financeiros, que não os estoques e imposto ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. **i. Receita operacional** - A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia, dependendo das condições individuais de cada contrato de venda. **j. Receitas financeiras e despesas financeiras** - A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As receitas financeiras abrangem receitas com aplicações financeiras, juros ativos e variações cambiais ativas. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e variações monetárias e cambiais passivas. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **k. Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os saldos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado do exercício. **Imposto corrente** - O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. **Imposto diferido** - O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. **l. Subvenções governamentais** - A Companhia recebe incentivos da União na forma de redução do imposto de renda à base de 75%. O cálculo, na modalidade lucro da exploração, segue regras definidas por lei. A vigência atual do benefício é até o término do ano-calendário de 2021. A Companhia também goza de benefícios do governo do estado do Pará em relação ao recolhimento de tributos de sua responsabilidade. A forma prevista é de um percentual calculado a título de crédito presumido a abater o saldo devido pelo faturamento. A validade do benefício é de 15 anos, contados a partir de setembro de 2010. **m. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados como plano de saúde médico e odontológico, ajuda educacional e participação nos resultados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas ou custos conforme o serviço relacionado seja cobrado. A Companhia não possui acordos de pagamentos baseados em ações, planos de contribuição definida, planos de benefício definidos ou qualquer outro benefício de longo prazo a empregados.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	2016	2015
Caixa	3	3
Bancos conta movimento	2.731	7.445
Aplicação financeira	88	1.958
<b>Total</b>	<b>2.822</b>	<b>9.406</b>

As aplicações financeiras referem-se a aplicações em fundo de investimento de liquidez imediata e visam atender compromissos de curto prazo. Referidos valores são aplicados em instituição financeira e seu rendimento bruto no exercício de 2016 foi de 5,17% (5,65% em 2015).

**5. Aplicações financeiras**

	2016	2015
Banco da Amazônia	169	2.025
Banco do Brasil	3.000	-
<b>Total</b>	<b>3.169</b>	<b>2.025</b>

A aplicação financeira do Banco da Amazônia refere-se a aplicações em títulos de capitalização. A aplicação financeira no Banco do Brasil é para fins de garantia em contratos de empréstimos.

**6. Contas a receber de clientes****a. Composição dos saldos**

	2016	2015
Contas a receber de clientes	102.668	38.691
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(1.630)	(1.739)
<b>Total</b>	<b>101.038</b>	<b>36.952</b>
Circulante	101.007	36.921
Não circulante	31	31